

O Combate à Radicalização no Extremismo Islâmico: a Contrarradicalização e a Des-radicalização

Francisco Jorge Gonçalves

Doutorando em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança e Defesa no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Licenciado em Direito e em História. Técnico Superior na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). Autor da obra “O Islamismo Radical e o Combate às suas Ameaças: da Dawaa à Jihad” (Diário de Bordo Editores, 2011).

Resumo

Em termos académicos tem sido despendido bastante esforço para compreender o processo de radicalização islâmica, embora escasseiem os estudos sobre o processo de desradicalização, no qual um extremista renuncia à violência, deixa um grupo ou um movimento - ou rejeita uma visão radical do mundo.

Importa assim perceber o combate à radicalização islâmica, comparando os programas implementados em países do Médio Oriente e Ásia com os da Europa, analisando as diferentes estratégias e alguns desafios para no final se extraírem algumas conclusões.

Abstract

The Fight against Radicalization in Islamic Extremism: Counter-radicalization and Deradicalization

Plenty of research focus has been made trying to understand the radicalization process of Islamic extremism, although there is a scarcity of the studies concerning the process of de-radicalization under which an extremist renounces violence, abandons a group or movement, or rejects a radical vision of the world.

For that matter it is important to understand the Islamic de-radicalization process, comparing programs implemented in the Middle East and Asia with those in Europe, analyzing their respective strategies and some of its challenges, to extract some conclusions.

“A contrarradicalização não procura criminalizar pessoas e nenhuma das suas atividades visa obter acusações a serem utilizadas pela Procuradoria. Visa apenas contrariar as narrativas extremistas no mercado das ideias.”

Neumann (2011)

“(…) O processo de desradicalização não é meramente a radicalização em sentido contrário: a desradicalização possui fatores específicos – alguns dos quais são bastante diferentes daqueles associados ao processo de radicalização.”

Rabasa *et al.* (2010)

O Processo de Radicalização no Extremismo Islâmico: Modelos Concetuais e Dificuldades Metodológicas

Como primeira referência, importa salientar de que o conceito de “radicalização” não é um termo absoluto, possuindo diferentes conotações, confundindo-se com conceitos similares (v.g. ativismo), assim como é variável consoante os contextos – resultando daí diferentes aceções do termo radical (Sedwick, 2010: 479-494). Além disso, a radicalização, enquanto processo, não é por definição específico de um cidadão particular, de um grupo ideológico, étnico, político ou religioso. Apesar disto, o presente trabalho apenas analisa a radicalização no extremismo islâmico.¹

Por outro lado, o próprio conceito de processo de radicalização entronca nas mesmas dificuldades metodológicas, porquanto um dos poucos consensos nesta área entre académicos é o de que não existe um caminho² que descreva o processo de radicalização (Vidino 2011a: 400). Ora, se “nem todos os que se radicalizam são terroristas, todavia todos os terroristas passaram por um processo de radicalização” (Ranstorp *et al.*, 2010: 30). Isto significa que é necessário distinguir entre dois tipos de processo de radicalização: a radicalização cognitiva, a qual consiste num processo em que o indivíduo está contra as

1 Entende-se por extremismo islâmico a adoção de uma ideologia que se designa por islamismo (ambos os termos são sinónimos no presente trabalho). Entende-se por islamismo a «forma de teoria e prática política que tem como objetivo o estabelecimento de uma ordem política islâmica no sentido de um Estado cujos princípios de governação, instituições e sistema político deriva diretamente da sharia.» Mandaville (2007: 57).

2 Veja-se a introdução à extensa literatura sobre o processo de radicalização feito por Ranstorp *et al.* (2010: 1-17).

ideias da sociedade e as quer substituir por uma nova estrutura completamente diferente. Ao invés, na radicalização violenta – o indivíduo usa a violência para implementar as ideias do radicalismo cognitivo.

Posto isto, entende-se como radicalização o processo de adoção de um sistema de valores extremistas, contrárias à ordem vigente, com o objetivo de provocar uma alteração na ordem social, podendo incluir a vontade em usar, apoiar ou facilitar o recurso à violência.³ No que tange a modelos conceptuais do processo de radicalização, é patente a existência de uma grande variedade, a esmagadora maioria apenas circunscrita ao processo da radicalização violenta, alguns à radicalização cognitiva – sendo escassos os modelos que analisam simultaneamente a radicalização violenta e a radicalização cognitiva.

Relativamente ao processo na radicalização violenta importa trazer à colação os modelos de Silber/Bhatt (2007),⁴ e de Sageman (2004),⁵ os quais descrevem as etapas (ou fatores) de indivíduos que aceitaram o recurso à violência – que se denomina *jihadização*. De facto, o modelo conceptual de Silber/Bhatt (2007: 21-44) é composto por quatro etapas: pré-radicalização; autoidentificação; doutrinação e *jihadização*,⁶ ao passo que no modelo de Sageman (2008: 71-78) as etapas são as seguintes: revolta moral; guerra contra o islão; conexão com experiência pessoal e mobilização através de redes.⁷

-
- 3 Esta definição segue de perto a proposta por Allen (2007: 4). Contudo, como assinalam Brandon e Vidino (2012b: 9) aquela definição encontra-se circunscrita à radicalização violenta.
 - 4 O quadro conceptual foi criado tendo por base a seguinte amostragem: célula de Madrid; célula de Hofstad, célula de Melbourne (liderado pelo Sheik Abdul Benbrika, e desmantelada pela operação Pendennis em novembro de 2005) e a célula de Toronto, composta por 18 indivíduos e desmantelada em junho de 2006 (Silber, Bhatt, 2007: 21-44).
 - 5 Originalmente, Sageman (2004: 185-189) desenvolveu o seu quadro conceptual com base numa amostragem de 172 biografias de terroristas. O presente modelo é quase idêntico ao anterior com a exceção da 4.^a etapa, em que o autor dá uma grande ênfase à mobilização pelas redes (Sageman, 2008: 71-88).
 - 6 No que diz respeito à primeira etapa (não representa propriamente o início do processo de radicalização) pretende sustentar que apesar de não existir um perfil típico do indivíduo radicalizado, existem traços comuns que podem ser identificados (v.g. jovens muçulmanos, pertencentes a uma classe média). Verdadeiramente é a 2.^a etapa que representa o início do processo de radicalização para os indivíduos com as características apontadas na primeira etapa, no qual o indivíduo se inclina para a religião islâmica em decurso de uma crise de identidade. Na terceira etapa, o indivíduo aceita a visão binária do mundo defendido pelos *jihadistas* (fieis e infiéis), no qual a sua religiosidade é direccionada cada vez mais em termos políticos. Finalmente, na última etapa, o indivíduo adere a um grupo aceitando a violência como meio político legítimo (Silber e Bhatt, 2007).
 - 7 Na primeira etapa, surge um sentimento de revolta moral contra uma situação, ou um evento que é percecionado como injusto (v.g. invasão do Iraque) e que importa corrigir. Na 2.^a etapa adquire-se a perceção de o islão está sob ameaça – e que é necessário defendê-lo. Por seu lado, na 3.^a etapa, verifica-se uma situação pessoal (v.g. morte de um familiar, perda de emprego)

Relativamente à radicalização cognitiva, saliente-se o modelo conceptual proposto por Wictorowicz (2005), que tem como base uma amostra composta por indivíduos que aderiram ao *al-mujharidoun*⁸ (grupo islamita não violento) e aquele é composto por quatro etapas:⁹ Abertura cognitiva; busca religiosa; alinhamento da identidade e socialização.

É certo que subsistem diversas dificuldades metodológicas na análise do processo de radicalização, mormente na compilação de fontes primárias devido à falta de pesquisa sobre os indivíduos – e a sua pouca vontade em colaborar (Bartlett, Birdwell, King, 2010: 46-47). Na verdade, os lapsos em diversos estudos entretanto surgidos estão relacionados com as fontes utilizadas (na esmagadora maioria são fontes secundárias) para extrair as conclusões que determinam o processo de radicalização. Ora, estas fontes têm falhas, e mesmo que sejam fidedignas (o desafio consiste em verificar a sua veracidade) apenas revelam a idade da pessoa, o estado civil, e alguns hábitos sociais e educacionais – podendo revelar aspetos mais íntimos como as opções políticas e traços de personalidade. Todavia, estes elementos não capturam a natureza intrincada e íntima do processo psicológico que leva um indivíduo a radicalizar-se (Vidino, 2011a: 398-399).

Ora, apesar destas dificuldades metodológicas, o certo é que já existem estudos que se baseiam em bastantes fontes primárias, especialmente sobre o processo de radicalização violenta. A título meramente exemplificativo, estão publicadas as entrevistas com *jihadistas* (Khodrokhavar, 2005), e inclusive alguns *jihadistas* publicaram as suas memórias, salientando-se: Shoebat (2005), Nasiri (2006), Collins (2006), Sallem (2009). Além disso, alguns *jihadistas* já colaboraram extensivamente com as Forças e Serviços de Segurança.¹⁰

que faça o indivíduo percecionar que a revolta moral e o ataque ao Islão adquirem significado e que o próprio é vítima desse expediente. Finalmente, a última etapa corresponde à junção a um grupo terrorista *jihadista* (ou à criação de uma célula autónoma), na qual a internet adquire uma especial relevo na tomada desta decisão (Sageman, 2008).

- 8 Denomina-se “os emigrantes” e foi fundado por Omar Bakri em 1983. Apesar de ser considerado um grupo islamita não violento, o certo é que pretendia implementar um Estado Islâmico em qualquer território onde os muçulmanos residissem, bem como apregoava o uso da violência em diversas partes do mundo (Wiktowicz, 2005).
- 9 A primeira etapa é o resultado de uma crise pessoal (*v.g.* perda de um familiar; emprego, ou até uma discussão com um membro de um grupo islamita) que torna o indivíduo recetivo a ideias que não seriam equacionadas se a crise não tivesse ocorrido. Na segunda etapa, a recetividade do indivíduo começa a ser direccionada para a religião, mormente para as ideias transmitidas por um grupo islamita. Na terceira etapa, a sua identidade é redefinida de acordo com uma “identidade islâmica”, incompatível com os valores das democracias liberais, ao passo que na última etapa, o indivíduo junta-se a um grupo – abraçando a respetiva ideologia (Wiktowicz, 2005).
- 10 Aponta-se o exemplo da célula de Buccinascio (sediada em Milão), no qual dois membros (Riadh Jelassi e Lazhar Tlili) descreveram o processo de radicalização no extremismo islâmico.

O mesmo sucede com a radicalização cognitiva, pois antigos islamitas não violentos também publicaram as suas memórias como Gartenstein-Ross (2007), ou Husain (2007) e Nawaz (2012), antigos islamitas não violentos, que pertenceram ao *Hizb ut Tahrir* e fundaram a *Quilliam Foundation*.

Aliás, a própria comparação com os diferentes modelos permite que se encontrem temas recorrentes (embora com nomenclaturas diferentes), tais como a da queixa, a crise de identidade, o tema da ideologia que conectada com a queixa canaliza para uma diferente direção. Este agrupamento de temas é denominado como «a narrativa», por autores como Ranstorp *et al.*, (2010: 15) e Nawaz (2010).

Por conseguinte, perante este contexto, como salienta Neumann (House of Commons, 2012: 10), existe um bom conhecimento acerca dos fatores (ingredientes) da radicalização embora sublinhe que “(...) não sabemos tudo sobre a forma como estes ingredientes se misturam, como cozinhar a receita”.

O Combate à Radicalização: a Contra-Radicalização e a Desradicalização

Diga-se, desde já que o comportamento humano é (e será sempre) imprevisível, pelo que o processo de radicalização no extremismo islâmico não é diferente, podendo ser controlado – mas nunca inteiramente resolvido, porquanto: “a inexistência de uma teoria global que explique o fenómeno, reflete não o falhanço dos académicos, mas a natureza multifacetada do fenómeno.” (Vidino, 2010a: 11).

No que concerne ao combate à radicalização no extremismo islâmico é necessário acautelar (e distinguir) dois tipos de situações: evitar que os indivíduos se radicalizem (contrarradicalização) e, por outro lado, combater os indivíduos já radicalizados (desradicalização). Para esse efeito, é fundamental encetar políticas de contrarradicalização que tornem as diversas comunidades de “muçulmanos sociológicos”¹¹ resistentes ao extremismo islâmico, assim como é imprescindível criar (e manter) programas de desradicalização a serem frequentados por indivíduos radicalizados.

Porém, os conceitos operativos de contrarradicalização e de desradicalização abarcam realidades complexas, pelo que é necessário os precisar. Efetivamente, ao invés do que sucede com o contraterrorismo, cujas medidas estão direcionadas para os terroristas, a contrarradicalização foca-se nas comunidades para evitar o

Estes dois tunisinos passaram centenas de horas a colaborar com investigadores e psicólogos sobre os aspetos mais íntimos das suas vidas enquanto militantes. Ademais, o seu testemunho foi corroborado pelas investigações efetuadas pelas autoridades italianas àquela célula, sendo “(...) certamente credível e coerente.” (Vidino, 2011a: 398-418).

11 No que tange ao enorme manancial de variáveis presentes nas diversas comunidades islâmicas a residir na Europa (v.g. diferentes origens étnicas, linguísticas, práticas religiosas), acompanhamos Pinto (2006: 15), Fernandes (2006: 15) e Roy (2007: 60), na utilização da terminologia “muçulmanos sociológicos”.

recrutamento dos seus membros para grupos terroristas e para grupos islamitas não violentos. Na realidade, nenhum dos instrumentos de contrarradicalização são coercivos e o objetivo visa fortalecer aquelas comunidades para que se tornem resistentes ao extremismo islâmico (Vidino, 2011b). Além disso, os Serviços e Forças de Segurança desempenham um papel importante porque são o rosto visível do governo junto de muitas comunidades e, ao invés de se tornarem num motivo de um rol de queixas, devem ser alvo de confiança por parte das comunidades (Neumann, 2011: 19).

Registe-se ainda que o presente artigo apenas analisa a desradicalização individual – e não a desradicalização coletiva.¹² Além disso, a desradicalização distingue-se da desprogramação, realidade específica da saída de indivíduos de cultos messiânicos.¹³ Importa ainda salientar que a maioria dos estudos incide sobre a desradicalização violenta (*v.g.* um indivíduo que abandona uma organização terrorista), havendo uma reduzida investigação sobre a desradicalização cognitiva (*v.g.* um indivíduo que abandona uma organização islamita não violenta).

Finalmente, importa ainda distinguir entre desradicalização e afastamento (Aivd, 2011: 14) porquanto nesta situação, apesar de o indivíduo modificar o seu comportamento – não repudia uma visão radical. Ao invés, na desradicalização verifica-se um processo de mudança do sistema de valores do indivíduo, que rejeita a ideologia extremista e aceita os valores tradicionais da sociedade. Todavia, mesmo o conceito de afastamento na radicalização violenta implica uma clarificação, porquanto um indivíduo que continue a pertencer a uma organização terrorista ainda que não pratique a violência, apelidado “mudança de papel”, não deve ser enquadrada no afastamento.¹⁴ De igual forma, também não deve ser enquadrado no afastamento, aquele extremista que começa a distinguir entre alvos legítimos (como militares) e alvos ilegítimos (como civis) – denominado “afastamento seletivo” (Rabassa *et al.*, 2010: 6).

Posto isto, entendemos como desradicalização, o processo pelo qual um indivíduo abandona um sistema de crenças extremista e cessa o seu envolvimento em qualquer forma de radicalização.

12 No que tange a diferenças entre desradicalização individual e coletiva ver Rabasa *et al.* (2010: 167). Ademais, para uma análise detalhada do processo de desradicalização coletiva ver Ashour (2009).

13 Ora, na desradicalização o diálogo é voluntário (ao contrario da desprogramação) e baseia-se na assunção de que o participante é um bom crente mas que aderiu a uma interpretação incorreta do Islão. Em sentido inverso, na desprogramação os membros do culto não possuem liberdade de pensamento devido aos métodos de controlo empregue pelos líderes do culto (Rabasa *et al.*, 2010: 30).

14 Em sentido inverso, Horgan e Braddock (2010: 280) enquadram a «mudança de papel» no afastamento.

Ora, ao contrário do que sucede com o processo de radicalização, sobre o qual existem a construção de modelos conceituais que explicam o respetivo processo, diferentemente são bastantes escassos os modelos conceituais respeitantes ao processo de desradicalização – onde as amostragens são escassas. Para o efeito importa trazer a terreiro o modelo de Rabassa *et al.*, (2010) embora aquele esteja centrado na desradicalização violenta, mais concretamente de indivíduos que abandonam um grupo *jihadista* – e não o caso do denominado “lobo solitário”.¹⁵

Para Rabassa *et al.* (2010: 13-25) existem quatro etapas (progressivas) no processo de desradicalização: a abertura cognitiva; custo benefício de manutenção ou saída do grupo; a decisão de saída e finalmente a criação de uma nova identidade e reintegração na sociedade.

Relativamente à primeira etapa do processo de desradicalização esta começa com um “clique” (um evento ou uma série de eventos) que questiona o indivíduo quanto ao seu comprometimento com uma organização terrorista. De facto, neste momento em que as evidências emergem e contradizem as crenças do indivíduo, verifica-se uma abertura cognitiva, significando que o indivíduo está receptivo a ideias diferentes (Rabassa *et al.* (2010, 14).

Na segunda etapa o indivíduo começa a considerar os pros e os contras de abandonar uma organização terrorista, numa perspetiva de custo benefício sendo que em última análise, um indivíduo terá de superar os denominados “obstáculos de saída” – que são os custos expectáveis resultantes da decisão de abandonar a organização¹⁶ (Rabassa *et al.*, 2010: 17). Pois bem, a probabilidade de um indivíduo abandonar uma organização terrorista é proporcional ao nível de lealdade para com o grupo terrorista – e que pode ser medido em três níveis: laços emotivos, laços pragmáticos e laços ideológicos.¹⁷

Na terceira etapa consubstancia-se na decisão de saída da organização e que funciona como um ponto de viragem, podendo esta – para evitar o confronto - ser uma decisão mantida em segredo (Rabassa *et al.*, 2010: 19).

15 Sobre o que abarca esta tipologia conceitual, e a sua distinção face a outras tipologias de atacantes individuais consultar Pantucci (2011: 14-29).

16 Por exemplo, pelo facto de um indivíduo abandonar um *gang*, tal não significa que os seus antigos membros continuem a tratá-lo como se pertencesse ao mesmo, assim como a polícia pode continuar a persegui-lo da mesma forma (Rabassa *et al.*, 2010: 17).

17 O laço emotivo é uma ligação emocional a outros membros da organização e ao grupo em si mesmo. O laço pragmático refere-se aos fatores que tornam difícil a saída do grupo, como recompensas materiais e castigos. Finalmente, o laço ideológico justifica as ações que o militante é chamado a praticar e as dificuldades que deve suportar para alcançar os objetivos do grupo. De resto, este laço ideológico é bem mais acentuado pois a sua saída implica desobedecerem ou renunciarem às suas crenças religiosas (Rabassa *et al.*, 2010: 18).

Finalmente, no que concerne à última etapa, a mudança do seu sistema de valores e a sua reintegração na sociedade não está isenta de riscos. Na verdade, se um antigo militante abandona uma organização mas regressa a uma comunidade com simpatias radicais – poderá haver o perigo de uma recidiva, especialmente porque alguns grupos islamitas costumam recrutar familiares (Rabasa *et al.*, 2010: 21).

Posto isto, importa analisar a lógica inerente aos programas de desradicalização, porque muitos países têm o dilema sobre o que decidir relativamente aos extremistas que estão detidos em estabelecimentos prisionais. Ora, devem ser reabilitados e posteriormente libertados ou é inevitável o seu regresso à violência, pelo que devem permanecer detidos indefinidamente? (Rabasa, *et al.*, 2010: 3). Aliás, foi esta última opção subjacente à Administração Bush relativamente a Guantánamo¹⁸ - e que se manteve com a Administração Obama.

Por outro lado, relativamente a dificuldades metodológicas, no processo de radicalização o problema consiste em determinar a razão por que os indivíduos se radicalizaram – mais do que propriamente verificar se estão radicalizados. Diferentemente, no processo de desradicalização, a dificuldade consiste em verificar se os indivíduos efetivamente se desradicalizaram – e não apenas o processo de desradicalização. Isto é particularmente relevante nos casos dos extremistas islamitas que frequentemente participam em programas de desradicalização depois de serem detidos e possuem bastantes incentivos para mistificar as suas crenças com o objetivo de assegurarem a sua liberdade (Rabasa *et al.*, 2010: 7).

Perante este contexto, como se deve avaliar um programa de desradicalização, nomeadamente o seu sucesso? Realmente é mais difícil avaliar este tipo de programas, porquanto estão centrados pela negativa: a percentagem de indivíduos que

18 Porventura a opção pelo não encerramento de Guantánamo por parte da administração Obama reside no fato de cerca de 20% dos reclusos que foram libertados terem retomado as suas atividades terroristas. Inclusivamente, alguns destes antigos reclusos até foram alvo de programas de desradicalização por parte da Arábia Saudita (Rabasa, *et al.*, 2010: 3). Sobre a utilização da tortura em Guantánamo recorrendo ao *water-boarding* é preciso trazer à liça que nenhuma ameaça iminente foi evitada pelo facto de ter sido usada sobre Khalid Sheikh Mohammed (mentor dos ataques do 11 de setembro). Aliás, o documento correspondente já foi desclassificado e esclarece que depois de 183 sessões de *water-boarding* ele deu informação sobre o atentado no aeroporto de Heathrow, mas não devido à técnica mas porque pensava que outro operacional da *Al-Qaeda* (Ramzi bin al-Shibh) já teria fornecido essa informação. Ora, sobre o *water boarding*, importa referir de que é o governo dos EUA que considera como tortura, já que houve oficiais japoneses que foram julgados e executados por a utilizarem contra militares americanos na II guerra mundial - e que é um crime de guerra a sua utilização. Testemunho do antigo agente do FBI, Ali Soufan (House of Commons, 2012: 23).

Sobre o interrogatório a Khalid Sheikh Mohammed consultar http://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/15_03_07_mohammed_transcript.pdf. No que concerne às técnicas de interrogatório e as suas reservas por parte de agentes do FBI e da CIA ver Soufan (2011).

não se tornou terrorista (radicalização violenta) devido a este tipo de programas (Vidino, 2010: 9). Para avaliar o seu sucesso, deve ser fixada uma percentagem com o objetivo de provar (ou não) que a maioria dos extremistas violentos deixou de participar em atividades violentas (Rabasa, *et al.*, 2010: 36).

As Diferentes Estratégias de Contrarradicalização e Desradicalização: Médio Oriente e Ásia *versus* Europa

Desde já, importa referir que nos países do Médio Oriente e da Ásia¹⁹ face à quantidade de indivíduos envolvidos na radicalização violenta, com uma percentagem elevada pertencentes a grupos terroristas *jihadistas* (e detidos em estabelecimentos prisionais), o ênfase é colocado em programas de desradicalização – do que propriamente em políticas de contrarradicalização. Ademais, é dado um especial relevo à religião islâmica (à sua versão, entendida como moderada), como antídoto no combate ao islamismo.²⁰

Importa ainda referir que os Estados não têm todos os meios para combater o extremismo islâmico, alguns usando os mecanismos da sociedade civil, como *soft power*, e especialmente como contrarradicalização (Hamed, 2012: 10). Na verdade, a intervenção da sociedade civil providencia novas ideias e fortifica o papel do Estado através do reforço do papel das associações e das comunidades locais – que estão em contacto direto com os indivíduos e grupos. Por outro lado, não existe uma fórmula que lide com todos os casos do extremismo violento, mesmo numa única região ou país, porquanto a contrarradicalização e a desradicalização têm de levar em linha de conta, a cultura, história, tradições e legislação de cada país (Hamed, 2012: 1-2).

Ora, ao estudar a contrarradicalização e a desradicalização de alguns destes países apontam-se fatores chave para um programa sucesso: o papel das famílias; o papel da sociedade civil; a qualidade dos clérigos e dos académicos envolvidos e o apoio popular. Além disso, determinados programas são confrontados com a necessidade de realojar os indivíduos para ambientes que propiciem ao afastamento e à desradicalização. Por outro lado, os programas de desradicalização têm como

19 O presente trabalho delimitou a sua análise a oito países: Argélia, Bangladesh, Egito, Jordânia, Malásia, Marrocos, Arábia Saudita, Iémen. Destes, alguns procuram evitar mais radicalização nas suas sociedades – através da implementação de políticas de contrarradicalização (*v.g.* Marrocos e Bangladesh).

20 Quanto a este aspeto, os conteúdos dos seus programas teológicos devem ser abordados de uma forma cautelosa. Realmente, como o problema daqueles países é o terrorismo doméstico, o seu enfoque é considerar inaceitável essa justificação religiosa, na base em que o governo é islâmico ou que o país não está ocupado – mas podem condescender sobre o terrorismo noutras partes do globo. Consequentemente, esta aproximação resolve os problemas de segurança do país, mas não procede à desradicalização dos militantes (Rabasa *et al.*, 2010).

objetivo alterar as atitudes dos familiares de antigos radicais ao providenciarem apoio emocional e financeiro, pois tais medidas poderão levar ao desenvolvimento de um apoio moderado necessário para que o afastamento se torne permanente. Além disso, como a pertença a um grupo radical é uma atividade a tempo inteiro, logo é primordial que um antigo extremista encontre um emprego e se sinta capaz de dar conforto à sua família – sendo uma peça fundamental nos programas de desradicalização (Rabasa, *et al.*, 2010: 21).

Posto isto, importa centrar a nossa atenção para os programas implementados pela Malásia e Arábia Saudita – especialmente os programas de desradicalização, ministrados dentro dos estabelecimentos prisionais. No que tange à Malásia, foi dado um grande enfoque ao combate à clarificação de conceitos religiosos. Para o efeito, são utilizados imãs vindos de Jakim (o departamento de religião do Estado) que providenciam sessões aos reclusos assim como trabalham de perto com os académicos para produzir programas específicos. Além disso, foram também convidados professores universitários, respeitados pela sua independência em relação ao governo, que visitavam os reclusos uma vez por semana. De resto, estas discussões típicas incluíam o conceito de *jiḥād*, a jurisprudência islâmica, a interpretação correta do Islão – assim como a posição do Islão em relação a outras raças e religiões. Por outro lado, o programa da Malásia continua após a concessão da liberdade condicional ao (agora) ex-recluso porquanto aquele continua a ter apoio religioso e outro tipo de assistência para a sua reintegração na sociedade. No fundo, com esta forma de monitorização ficam mais reduzidas as hipóteses para retomar o comportamento extremista (Hamed, 2012: 28).

Relativamente à Arábia Saudita, o programa de aconselhamento começa com o *al-Munasah* (conselho), onde os reclusos são voluntariamente sujeitos a sessões individuais e de grupo, quer de curto termo (duas semanas) quer de longo termo (seis semanas). Aquando da concessão da liberdade condicional, os indivíduos que tinham colaborado, moderado as suas posições, e renunciado à violência, são colocados num edifício (denominado casa do meio caminho) em Rihad (Hamed, 2012: 38). Neste edifício, os seus beneficiários recebem cursos que incluem vários programas: um programa religioso, um programa social, um programa psicológico, um programa de arte, um programa de história, no qual o denominador comum visa a correção das ideias extremistas islâmicas.

Ora, um dos aspetos que distingue este programa de outros é o papel essencial desempenhado pelas famílias dos beneficiários, onde aqueles são encorajados a visitar os seus filhos (a expensas do Estado) assim como a tomar parte dos programas, visando encorajar e aconselhar os seus filhos - e a convencê-los a regressar a casa.²¹ De resto, o programa também inclui atividades extra curriculares, como

21 Todavia, este aspeto é mais difícil de implementar, porquanto as famílias rejeitam os seus filhos devido ao embaraço causado pelas suas atividades extremistas (Hamed, 2012: 38).

atividades desportivas, em que todos tomam parte, incluindo o pessoal da segurança.²²

Tal como sucede com o programa da Malásia, a Arabia Saudita concede benefícios aos indivíduos, como a atribuição de bolsas (facilitando o prosseguimento dos estudos), a procura de emprego, e até facilitando o casamento para os indivíduos solteiros, visando o seu envolvimento em responsabilidades familiares e afastá-los de atividades extremistas.²³ Porém, este programa não é isento de críticas, não se devendo replicar o programa de desradicalização da Arábia Saudita nos países democráticos (Neumann, 2011: 24), na parte respeitante à questão religiosa. Na verdade, a interpretação religiosa saudita procura validar a legitimidade da casa de Saud, como a única autoridade na interpretação do Islão – e não a compaginar com os princípios democráticos de um Estado de Direito (Boucek, 2008: 3).

Ao invés do que sucede nos países do Médio-Oriente e da Ásia, na Europa o tónico é colocado em políticas de contrarradicalização, com um menor ênfase em programas de desradicalização. Além disso, o enfoque é colocado na difusão dos princípios basilares de um Estado de Direito – em detrimento da divulgação de um entendimento moderado da religião islâmica face à ideologia do extremismo islâmico, como sucede com os programas de combate à radicalização implementados pela Holanda²⁴, Dinamarca²⁵ e Noruega.²⁶

Relativamente à Holanda²⁷ o processo de radicalização é encarado como um fenómeno de juventude que ocorre quando indivíduos isolados estão na procura de uma identidade e de um lugar na sociedade. Isto significa que, como o governo holandês atribuiu a radicalização a problemas sociopolíticos, e não a problemas religiosos, a sua estratégia de contrarradicalização procura especificamente fortalecer a coesão social ao facilitar a integração de jovens alienados na sociedade (Ministry of the Interior and Kingdom Relations, 2006). De facto, as autoridades

22 O objetivo não é apenas criar um ambiente cordial mas também observar o seu comportamento. Por exemplo, aqueles que demonstram uma determinada agressividade nos jogos é indicativo que necessitam de mais sessões daquele programa (Hamed, 2012: 39).

23 Dos cerca de 3 mil indivíduos selecionados para aderir aos programas, 1400 aceitaram voluntariamente – e destes, apenas 45 voltaram a ser detidos (Hamed, 2012: 38 e 39).

24 Plano de ação holandês de polarização e de radicalização 2007-2011.

25 “Um futuro seguro e comum: plano de ação para prevenir pontos de vista extremistas e radicalização entre os jovens”.

26 “Segurança coletiva – uma responsabilidade partilhada. Plano de ação para prevenir a radicalização e o extremismo violento”.

27 No que tange à Holanda, há aproximadamente 900 mil «muçulmanos sociólogos», cerca de 5,8% da população. Historicamente o modelo holandês evoluiu de um modelo de multiculturalismo, desde a II guerra mundial até meados dos anos 60 do século XX definido como o «pilar da sociedade» (Rabasa, *et al.*, 2010: 139).

des holandesas²⁸ encaram o processo de radicalização como um subproduto de um mal-estar social que tentam corrigir reforçando a coesão social e gerindo um ambiente multicultural. Contudo, dos três programas de contraradicalização analisados é aquele que dá um maior pendor ao fator religioso ao pugnar pela necessidade de estimular diferentes formas (não extremistas) na interpretação do Islão, assim como ao encetar contactos com organizações islâmicas para aumentar a resistência ao extremismo (Ministry of the Interior and Kingdom Relations, 2006: 22).

Por seu lado, o programa dinamarquês, possui duas componentes: a primeira encoraja jovens que pertencem a organizações radicais a saírem delas. A segunda parte é um «programa de mentor» dirigido aos jovens que já expressaram ideias extremistas ou discriminatórias. Nesta segunda situação o mentor procura que o radical encontre outras atividades e organizações embora os aspetos religiosos não sejam abordados diretamente (Government of Denmark, 2009). Tal como no programa holandês, este plano recusa desafiar expressamente a ideologia radical e prefere centrar-se em questões socioeconómicas, onde a componente da religião islâmica está ausente.

Finalmente o programa implementado pela Noruega,²⁹ não atribui um papel para ser desempenhado por organizações islâmicas ou por figuras religiosas, na medida em que se preconiza uma solução secular para resolver os problemas de identidade. Aliás, as soluções para combater a radicalização consistem na adoção de uma cultura de trabalho, a sua inserção na sociedade e respetivo envolvimento no processo democrático – ao invés de adotar formas moderadas de práticas religiosas (Norwegian Ministry of Justice and the Police, 2009).

Dilemas no Combate à Radicalização no Extremismo Islâmico: Radicalização Violenta ou Também a Radicalização Cognitiva?

Chegados a este ponto, importa dilucidar sobre a seguinte questão: realmente, a radicalização violenta coloca uma ameaça direta à segurança da coletividade e todos os programas de contraradicalização estão àquela direcionados. Mas deve um go-

28 As autoridades holandesas cedo se aperceberam que tinham que ter a confiança dos trabalhadores que lidavam com as situações de jovens em risco de radicalização. Para o efeito, os trabalhadores necessitavam ter a perceção de que as suas ações não se reconduziam a situações do tipo “encontrar o terrorista” mas antes a intervenções baseadas no melhor interesse do jovem a ser reportado. Na verdade, tal como se sinalizaria pessoas que tinham tido problemas com drogas ou sofreram abusos, as pessoas que se radicalizam também precisam de ajuda, pelo que citavam o exemplo de Nick Reilly, o cidadão britânico que se converteu ao Islão e que foi convencido pelos seus recrutadores a se detonar num restaurante em Exeter em 2008, pois sofria de uma perturbação do espectro do autismo: Síndrome de Asperger (Brandon, Vidino, 2012b: 41).

29 É composta por cerca de 150 mil “muçulmanos sociológicos”, a maioria pertencente a três grupos étnicos: paquistanês, somali e árabe (Brandon, Vidino, 2012b: 59).

verno também combater a radicalização cognitiva? Vejamos duas posições distintas sobre este assunto.

Para alguns autores, a radicalização cognitiva deve ser tratada como um problema social e não como uma ameaça derivada da *Al-Qaeda* (Bartlett, Birdwell, King, 2010: 14). Além do mais, estes esforços são distintos de programa de contrarradicalização e podem fazer com que as diversas comunidades de «muçulmanos sociológicos» criem a percepção de que os diferentes governos as encaram como um problema de segurança. Contudo, outra posição sustenta que a radicalização cognitiva está a aumentar, funcionando como um desafio para as Forças e Serviços de Segurança, porquanto a radicalização pode (ou não) ser uma etapa para o terrorismo. É certo que numa sociedade democrática, as ideias radicais devem ser permitidas – embora devam ser objeto de contraditório. Por exemplo, de acordo com o relatório da Câmara dos Comuns (House of Commons, 2012: 11) estará a verificar-se um maior apoio ao extremismo não violento, alimentado por sentimentos de alienação e apesar de isto não constituir uma ameaça terrorista específica ou uma etapa obrigatória para a radicalização violenta³⁰ é, em qualquer dos casos, um grande desafio para a sociedade e para as Forças e Serviços de Segurança em particular.³¹

Por outro lado, os percursos de indivíduos como Zacarias Mousasaoui, Richard Reid, Djamel Beghal, José Padilla, Richard Reid, John Walker Lindhl (entre muitos outros), são elucidativos de que, em alguns casos, o processo de radicalização se iniciou em grupos islamitas não violentos. Aliás, as amostras de Silver/Bath (2007) e de Sageman (2008), são reveladoras de que diversos indivíduos iniciaram o seu processo de radicalização em grupos não violentos e depois, insatisfeitos, procuraram grupos islamitas violentos (ou constituíram células *jihadistas*).

É certo que os Serviços de Informações da Holanda (AIVD, 2004), consideram que determinados grupos islamitas não violentos podem contribuir para uma maior radicalização do indivíduo – levando à radicalização violenta. Porém, desde 2011 que as autoridades holandesas se centraram mais na radicalização violenta, especialmente devido a restrições financeiras (Brandon e Vidino, 2012b: 69). Deste modo, sem prejuízo de também se analisar a radicalização cognitiva, os maiores esforços devem concentrar-se na radicalização violenta.

Objetivo: Afastamento ou Desradicalização?

Como primeira referência, importa salientar que é mais fácil atingir o objetivo do afastamento do que o da desradicalização – e a legislação penal europeia apenas está preparada para essa eventualidade. A título de exemplo, no que tange ao processo de

30 Saliente-se que apenas 250 pessoas foram condenadas na Grã-Bretanha por crimes ligados ao terrorismo *jihadista* desde o 11 de setembro de 2001 (House of Commons, 2012: 12).

31 Testemunho de Peter Neumann (House of Commons, 2012: 11).

«Pentito» (arrependimento) as autoridades italianas apenas exigem o abandono da violência – mas não a desradicalização. De resto, a Itália não possui um programa de desradicalização e nem faz um esforço nesse sentido (Vidino, 2011^a: 413).

Além disso, existem alguns caminhos que, pelo decurso do tempo, podem propiciar que o afastamento se consolide em desradicalização. Realmente, para evitar a dissonância psicológica, o indivíduo pode alinhar com o comportamento imposto – um processo conhecido como «racionalização». Finalmente, o esforço para justificar o seu comportamento pode inadvertidamente levar a um diálogo interno, resultando na aceitação de novas crenças (Rabasa, *et al.*, 2010: 7).

Apesar disto, se um militante apenas se afasta por razões instrumentais, então, se as circunstâncias mudarem, aquele pode novamente recorrer à violência, pelo que atingir o objetivo da desradicalização alcança efeitos mais duradouros e seguros, a médio e a longo prazo, e a desradicalização cria barreira para a recidiva (Rabasa, *et al.*, 2010: XIV).

Por outro lado, abandonar um grupo islamita que está baseado numa ideologia, não é a mesma situação do que abandonar um grupo criminoso ou um gang – que é essencialmente uma entidade não ideológica. De facto, o abandono do extremismo islâmico (baseado numa interpretação radical do Islão), produz um efeito duradouro na visão do antigo militante islamita – do que o mero afastamento (Rabasa, *et al.*, 2010: 30).

A Utilização de Princípios Basilares do Estado de Direito ou Também a Religião?

Como consabido, os programas de desradicalização dos países do Médio Oriente e da Ásia sustentam que a religião é o principal (mas não o único) fator no processo de radicalização. No essencial, consideram os extremistas como tendo absorvido uma interpretação distorcida do Islão – e consideram a sua interpretação como o antídoto. Em sentido oposto, os programas da Holanda, Dinamarca e Noruega circunscrevem a religião ao mínimo - em detrimento da difusão de valores de cidadania e de aprofundamento de valores democráticos. O que lhes importa frisar é que se os pilares são os valores e princípios democráticos de cada Estado então, esses sim, é que devem ser estimulados – em detrimento de qualquer difusão de um entendimento moderado de uma religião. No fundo, o pressuposto é o de que os Governos devem usar ao mínimo uma mensagem do que seja o bom ou o mau islão (Bartlett, Birdwell, King, 2010: 39).

Deste modo, os programas criados por alguns países europeus querem combater todas as formas de extremismo,³² não levando em linha de conta a especificidade

32 Essa aproximação com outras formas de extremismo (v.g. extrema direita), é usado para ganhar a confiança das comunidades de «muçulmanos sociológicos», embora em termos empíricos seja incorreta essa ilação (Brandon, Vidino, 2012b: 71).

do combate ao extremismo islâmico, nomeadamente a sua componente religiosa. Ora, conforme salienta Norman Benotman³³ aquando da desradicalização dos seus antigos camaradas de armas defendeu que não se podia afirmar que “(...) não existe a *jiḥād* no Islão”.³⁴ Verdadeiramente na desradicalização é necessário motivar alguém, em primeiro lugar, para abandonar o seu ponto de vista único, e se aquele indivíduo perfilhou uma teologia radical, terá que se lidar com essa teologia³⁵. Ora, “não há islamismo sem o Islão, mas o islamismo não é sinónimo de Islão” (Baran, Tuohy, 2011: 20). Isto significa que essa definição implica simultaneamente que o combate ao extremismo islâmico pressupõe um conhecimento sobre o Islão, assim como se deve identificar (e rebater) a “teologia do islamismo” (Baran e Tuohy, 2011).³⁶ Assim sendo, os programas de contrarradicalização devem estar preparados para intervir em termos religiosos (Vidino, 2010: 11), pois a promoção de valores nacionais e da democracia não é suficiente para o combate à radicalização (Rabasa *et al.*, 2010: 139). É certo que, atendendo à natureza secular das democracias ocidentais e à separação entre Estado e diferentes comunidades religiosas, difundir uma determinada interpretação de uma religião pode bulir com a tessitura normativa de alguns daqueles Estados. Todavia, isso não é impeditivo de que não se possa mostrar (e demonstrar) a diversidade do Islão³⁷ - em oposição à visão unívoca sustentada pelo extremismo islâmico.

O Recurso Apenas a Moderados ou Também aos Islamitas Não Violentos?

Relativamente à utilização de islamitas não violentos no combate à radicalização existem duas perspetivas: a primeira aceita que nem todas as ideias radicais sejam positivas, podendo algumas representar uma ameaça, a longo prazo, à ordem de-

33 Presidente da Quilliam Foundation e antigo comandante do Grupo de Combate Islâmico Líbio (GCIL), que o abandonou após o 11 de setembro de 2001 – tendo posteriormente condenado as ações da *Al-Qaeda* numa carta aberta a al-Zawahiri, apontando as contradições do ponto de vista teológico.

34 A solicitação das autoridades líbias, Benotman foi levado ao estabelecimento prisional de Abu Salim (em Trípoli) para convencer os seus antigos camaradas de armas a abandonarem a violência e para desacreditar a ideologia extremista - e a sua intervenção foi considerada fundamental (House of Commons, 2012: 163-176).

35 Testemunho de Rashad Ali (House of Commons, 2012: EV17).

36 No mesmo sentido, Neumann (2011: 40) pugna pela necessidade de rebater a ideologia da *Al-Qaeda*, o que implica que os líderes das comunidades de muçulmanos sociológicos precisam de ter conhecimento dos argumentos utilizados pela *Al-Qaeda* e de como os rebater - o que pressupõe que saibam apontar a contradição entre as suas palavras e a respetiva ação.

37 Por exemplo, em contraponto à versão da sharia (que corresponde ao direito muçulmano) sustentada pelos extremistas (apresentada como sendo a única conforme o Islão), o importante é mostrar de que a sharia, reconduz-se à procura da fonte de direito (que é variável) e a sua interpretação - ainda mais variável.

mocrática. Todavia, sustentam que estes islamitas não violentos estão numa posição única para influenciar os islamitas violentos – possuindo legitimidade e credibilidade para serem ouvidos pelos jovens «muçulmanos sociológicos» no caminho da radicalização.

Na verdade, diversos decisores políticos e analistas qualificam os islamitas não violentos como moderados e pugnam pela sua utilização contra os islamitas violentos acreditando que somente eles podem impedir o recurso à violência. Esta era a estratégia utilizada pelos decisores políticos em alguns países europeus (v.g. Grã-Bretanha) centrada exclusivamente nas questões de segurança e no curto prazo – concedendo uma amplíssima liberdade de ação e de expressão aos islamitas radicais, desde que aqueles não fizessem a apologia da violência na Grã-Bretanha. Segundo esta lógica, era sustentado que os imãs radicais seriam os últimos a que um indivíduo recorreria se quisesse perpetrar atentados (v.g. solicitando a bênção religiosa) pelo que, seria a linha de fronteira entre terrorismo e não-violência – fundamental em termos de segurança.

Isto significa que as Forças e Serviços de Segurança devem trabalhar com islamitas não violentos em determinadas instâncias locais onde existe um claro benefício tático, por exemplo no caso de um indivíduo terrorista acreditar que suas ações necessitam de ter o sancionamento religioso (Bartillet, Birdwell, King, 2010: 43).³⁸ Por um lado, referem que estão numa posição única para influenciar os islamitas violentos e somente eles têm a legitimidade e credibilidade para serem ouvidos pelos jovens muçulmanos sociológicos no caminho da radicalização.³⁹

A segunda perspetiva é extremamente crítica quanto à utilização de islamitas não violentos contra os islamitas violentos pelo simples facto de os primeiros procederem à destrinça entre terrorismo doméstico e terrorismo noutras partes do mundo. Ora, como qualificar a frase de Shaikh Uthaymin: “A Grã-Bretanha, França e a América são demasiados fortes para aí lançarmos a *jihad*. Então, apenas lançaremos a *jihad* quando tivermos a força suficiente e a liderança a declarar”. Consequentemente, não se está na presença de uma mensagem de desradicalização, quanto muito, está-se perante uma mensagem de contenção – embora existindo um risco elevado.⁴⁰

Por outro lado, importa verificar se a utilização da fórmula: «islamita contra isla-

38 Todavia, esta argumentação não leva em linha de conta que tal sancionamento pode ser encontrado na internet, onde a coberto do anonimato pretensos imãs emitem *fatwas* pretendidas por aqueles que as solicitam.

39 Lambert (2011) dá o exemplo do programa STREET (*Strategy to Reempower and Educate Teenagers*) dirigido por islamitas não violentos em Brixton.

40 Testemunho de Rashad Ali (House of Commons, 2012: 17).

mita» pode aumentar ainda mais a radicalização cognitiva e se eventuais ganhos a curto prazo em termos de segurança, pode ter consequências, a longo prazo, em termos de radicalização violenta. Além disso, para esta segunda perspectiva, para se rebater a ideologia é necessário identificar os ideólogos islamitas para que não possam aproveitar a liberdade de expressão para promover as suas ideias - sem se exercer a necessária contra-argumentação.⁴¹ De igual modo, será também necessário estar-se preparado para as táticas dos islamitas não violentos que se reinventam como democratas e defensores dos princípios de um Estado de Direito.⁴²

Por último, mesmo alguns autores que perfilham esta segunda perspectiva, defendem (embora num contexto limitado) a utilização de islamitas não violentos no combate ao extremismo islâmico – embora devendo ser avaliado qual o tipo de legitimidade que essa colaboração possa acarretar.⁴³ Como refere Vidino (2010: 8), os islamitas não violentos podem desempenhar um papel limitado nos esforços de desradicalização, em indivíduos já radicalizados, embora tal não deva ocorrer na contrarradicalização.

Notas Conclusivas

Um programa de desradicalização deve incidir maioritariamente sobre a radicalização violenta e produzir uma mudança dos princípios do indivíduo - e não apenas uma modificação do seu comportamento através de um mero afastamento.

As políticas de contrarradicalização e os programas de contrarradicalização necessitam de ser complementados por aproximações teológicas, assim como de cooperarem com grupos islâmicos moderados para permitir que compitam com os extremistas no mercado da guerra das ideias, visando mostrar a diversidade do Islão.

A utilização de islamitas não violentos deve apenas circunscrever-se apenas à desradicalização de islamitas violentos, de forma transitória para que aqueles abandonem a violência.

41 É certo que existe um óbice, na medida em que diversos decisores políticos ocidentais, frequentemente demonstram um conhecimento exíguo acerca do Islão e da cultura islâmica, pelo que dificilmente estão habilitados a determinar a eficácia desses programas.

42 Urge trazer à liça os problemas com que se deparou a Grã-Bretanha com os islamitas não violentos que se infiltraram e monopolizaram diversos programas de contrarradicalização. Deste modo, ciente desta realidade os responsáveis técnicos têm de saber deste *modus operandi* - e remover estes islamitas não violentos que penetraram nestes programas (Brandon, Vidino, 2012b: 26).

43 A título de exemplo, para convencer reclusos condenados por crimes associados ao terrorismo (e que estão a cumprir pena num estabelecimento prisional) para que aqueles solicitem aos membros que ainda não foram detidos, o abandono da violência. Testemunho de Maajid Nawaz (House of Commons, 2012: EV 16).

Referências

- AIVD «General and Security Service» (2004). *From Dawaa to Jihad, The Various Threats From Radical Islam to the Democratic Legal Order*, disponível em <http://www.fas.org/irp/world/netherlands/Dawa.pdf>.
- AIVD «General and Security Service» (2006). *Violent Jihad in the Netherlands. Current Trends in the Islamist Threat*, disponível em <http://www.fas.org/irp/world/netherlands/violent.pdf>.
- Allen, Charles E. (2007). *Threat of Islamic Radicalization to the Homeland*, Senate Committee on Homeland Security and Governmental Affairs, disponível em www.hsgac.senate.gov/download/031407allen.
- Ashour, Omar (2009). *The De-Radicalization of Jihadists: Transforming Armed Islamist Movements*. London: Routledge.
- Baran, Zeyno (2006). *Countering Ideological Support for Terrorism in Europe: Muslim Brotherhood and Hizb ut-Tahrir – Allies or Enemies? Quarterly Journal*, Winter, disponível em https://consortium.pims.org/filestore2/download/3607/Countering%20Ideological%20Support%20for%20Terrorism%20in%20Europe_Zeyno%20BARAN.pdf,
- Baran, Zeyno, (ed.) (2010). *The Other Muslims: Moderate and Secular*. London: Palgrave Macmillan.
- Baran, Zeyno, Tuohy, Emmet (2011). *Citizen Islam, the Future of Muslim Integration in the West*. New York: Continuum.
- Bartlett, Jamie, Birdwell, Jonathan, King, Michael (2010). *The Edge of Violence: A Radical Approach to Extremism*, disponível em http://www.demos.co.uk/files/Edge_of_Violence_-_web.pdf
- Brandon, James, Vidino, Lorenzo (2012). “European Experiences in Counterradicalization”. *The Sentinel* (West Point Combating Terrorism Center), June, disponível em <http://www.ctc.usma.edu/posts/european-experiences-in-counterradicalization>.
- Brandon, James, Vidino, Lorenzo (2012a), *Countering Radicalization in Europe*. International Centre for the Study of Radicalization (ICSR), December, disponível em <http://icsr.info/wp-content/uploads/2012/12/ICSR-Report-Countering-Radicalization-in-Europe.pdf>
- Boucek, Christopher (2008). *Saudi Arabia’s “Soft” Counterterrorism Strategy: Prevention, Rehabilitation, and Aftercare*. Carnegie Endowment for International Peace, disponível em http://carnegieendowment.org/files/cp97_boucek_saudi_final.pdf
- Collins, Aukai (2006). *My Jihad: The True Story of an American Mujahid’s Amazing Journey*. London: Manas Publications.
- El-Said, Hamed (2012). *De-Radicalising Islamists: Programmes and Their Impact in Muslim Majority States*, The International Centre for the Study of Radicalization and Political Violence (ICSR), disponível em <http://www.icsr.info/publications/papers/1328200569ElSaid-Deradicalisation.pdf>,
- Fernandes, José Pedro Teixeira (2006). *Islamismo e Multiculturalismo: As Ideologias Após o Fim da História*. Coimbra: Almedina.

- Gartenstein-Ross, Daveed (2007). *My Year Inside Radical Islam: A Memoir*. New York: Tarcher.
- Government of Denmark (2009). *A Common and Safe Future. An Action Plan to Prevent Extremist Views and Radicalisation Among Young People*, disponível em http://www.nyidanmark.dk/NR/rdonlyres/58D048E7-0482-4AE8-99EB-928753EFC1F8/0/a_common_and_safe_future_danish_action_plan_to_prevent_extremism.pdf
- Horgan, John (2009). *Walking Away from Terrorism: Accounts of Disengagement from Radical and Extremist Movements*. London: Routledge.
- Horgan, John, Braddock, Kurt, (2010). "Rehabilitating the Terrorists?: Challenges in Assessing the Effectiveness of De-radicalization Programs". *Terrorism and Political Violence* n°2.
- House of Commons, Home Affairs Committee (2012). *Roots of Violent Radicalization*, Nineteenth Report of Session 2010–12, Volume I, disponível em <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm201012/cmselect/cmhaff/1446/1446.pdf>
- Husain, Ed (2007). *The Islamist: Why i joined radical Islam in Britain, what i saw inside and why i left*. London: Penguin Books.
- Khosrokhavar, Farhad (2005). *Suicide Bombers: Allah's New Martyrs*. London: Pluto Press.
- King, Michael, Taylor, Donald M. (2011). "The Radicalization of Homegrown Jihadists: A Review of Theoretical Models and Social Psychological Evidence". *Terrorism and Political Violence* n°3.
- Lambert, Robert (2011). *Countering Al-Qaeda in London: Police and Muslims in Partnership*. London: C Hurst & Co Publishers Ltd.
- Mandaville, Peter (2007). *Global Political Islam*. London: Routledge.
- Maher, Shiraz, Frampton, Martyn (2009). *Choosing Our Friends Wisely: Criteria for Engagement with Muslim Groups*. Policy Exchange, disponível em <http://www.policyexchange.org.uk/images/publications/choosing%20our%20friends%20wisely%20-%20mar%2009.pdf>.
- Ministry of the Interior and Kingdom Relations (2006). *Polarisation and Radicalisation Action Plan 2007 – 2011*, http://www.nyidanmark.dk/NR/rdonlyres/E9353925-A523-41C6-94F1-643EACF826CC/0/minbiz007_actieplanukv3.pdf.
- Nawaz, Maajid (2010). "Extra: What is the Narrative?". CBS 60 Minutes, 25 April of 2010, disponível em <http://www.cbsnews.com/video/watch/?id=6430899n&tag=contentMain;contentBody>, data de acesso em 12 de fevereiro de 2011.
- Nawaz, Maajid (2012). *Radical: My Journey from Islamist Extremism to a Democratic Awakening*. London: WH Allen.
- Nasiri, Omar (2006). *Inside the Jihad: My Life with Al Qaeda*. London: Basic Books.
- Neumann, Peter (2011). *Preventing Violent Radicalization in America*. Washington DC: Bipartisan Policy Center, disponível em <http://bipartisanpolicy.org/sites/default/files/NSPG.pdf>.
-

- Norwegian Ministry of Justice and the Police (2009). *Collective Security – a Share Responsibility. Action Plan to Prevent Radicalization and Violent Extremism*, disponível em http://www.regjeringen.no/upload/JD/Vedlegg/Handlingsplaner/Radikalisering_engelsk.pdf.
- Olivier, Roy (2007). *Secularism Confronts Islam*. New York: Columbia University Press.
- Pantucci, Raffaello (2011). *A Typology of Lone Wolves: Preliminary Analysis of Lone Islamist Terrorists*, International Centre for the Study of Radicalization (ICSR), disponível em http://icsr.info/wp-content/uploads/2012/10/1302002992ICSRPaper_ATypologyofLoneWolves_Pantucci.pdf.
- Pinto, Maria do Céu (ed.) (2006). *O Islão na Europa*. Lisboa: Prefácio.
- Rabasa, Angel, Pettyjohn, Stacie, Ghez, Jeremy J., Boucek, Christopher (2010). *Deradicalization Islamist Extremists*, National Security Research Division. RAND corporation, http://www.rand.org/pubs/monographs/2010/RAND_MG1053.pdf,
- Ranstorpe, Magnus (ed.) (2010). *Understanding Violent Radicalisation: Terrorist and Jihadist Movements in Europe*. London: Routledge.
- Sageman, Marc (2004). *Understanding Terror Networks*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Sageman, Marc (2008). *Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Saleem, Kamal; Vicent, Lynn (2009). *The Blood of Lambs: A Former's Terrorist's Memoir of Death and Redemption*. New York: Howard Books.
- Sedwick, Mark (2010). "The Concept of Radicalization as a Source of Confusion". *Terrorism and Political Violence* nº4.
- Silber, Mitchell D., Bhatt, Arvin (2007). *Radicalization in the West: The Homegrown Threat*. New York Police Department, disponível em http://www.nypdshield.org/public/SítioFiles/documents/NYPD_Report_Radicalization_in_the_West.pdf.
- Shoebat, Walid (2005). *Why I Left Jihad: The Root of Terrorism and the Return of Radical Islam*. New York: Top Executive Media.
- Shoebat, Walid (2007). *Why We Want to Kill You: The Jihadist Mindset and How to Defeat it*. New York: Top Executive Media.
- Soufan, Ali H. (2011). *The Black Banners: The Inside Story of 9/11 and the War Against Al-Qaeda*. New York: W. W. Norton & Company.
- Stern, Jessica (2004). *Terror in the Name of God: Why Religious Militants Kill*. New York: Harper Perennial.
- Vidino, Lorenzo (2010). *Countering Radicalization in America, Lessons from Europe*. November, Special Report for the United States Institutes of Peace (USIP).

Vidino, Lorenzo (2010a). "The Role of Non-Violent Islamists in Europe". *The Sentinel* (West Point Combating Terrorism Center), December 2010, disponível em <http://www.ctc.usma.edu/posts/the-role-of-non-violent-islamists-in-europe>.

Vidino, Lorenzo (2011). "The Buccinasco Pentiti: A Unique Case Study of Radicalization, Terrorism and Political Violence". *Terrorism and Political Violence* nº3.

Vidino, Lorenzo (2011a). *Linkage and Diversity: Current Trends in Terrorism in Europe*, National Defense Research Institute (RAND). disponível em http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/occasional_papers/2011/RAND_OP333.pdf.

Wiktorowicz, Quintan (2005). *Radical Islam Rising: Muslim Extremism in the West*. Lanham: Rowman & Littlefield.